

(DES)EPISTEMOLOGIZAR A CLÍNICA: O RECONHECIMENTO DE UMA CIÊNCIA GUIADA PELO PENSAMENTO CISGÊNERO

■ SOFIA FAVERO

<https://orcid.org/0000-0001-5179-1154>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este artigo busca refletir acerca da despatologização das identidades trans e travestis, considerando que tais mobilizações têm sido direcionadas a pensar o indivíduo que vai à clínica, mas não as epistemologias que sustentam a psicologia. Por essa via, resgata a parcialidade feminista para apostar nas autobiografias trans como modos de produção de agenciamento. Pretende, portanto, guiar a clínica em direção a éticas outras, capazes de questionar o pensamento nosológico atravessado pela cisgeneridade na condução de uma terapêutica pajubariana.

Palavras-chave: Clínica. Autobiografia. Travestis. Epistemologia.

ABSTRACT

(UN)EPISTEMOLOGIZE THE CLINIC: THE RECOGNITION OF A SCIENCE GUIDED BY CISGENDER THOUGHT

This article seeks to reflect on the depathologization of transvestites and “travestis” identities, considering that such mobilizations have been directed to think the individual who goes to the clinic, but not the epistemologies that underpin psychology. By this way, it rescues the feminist bias to bet on trans autobiographies as modes of agency production. Therefore, it intends to guide the clinic towards other ethics, capable of questioning the nosological thinking crossed by cisgenerity in the conduct of a pajubarian therapeutic.

Keywords: Clinic. Autobiography. Transvestites. Epistemology.

RESUMEN

(DE)EPISTEMOLOGIZAR LA CLÍNICA: EL RECONOCIMIENTO DE UNA CIENCIA GUIADA POR EL PENSAMIENTO CISGÉNERO

Este artículo busca reflexionar sobre la despatologización de las identidades trans y travestis, considerando que tales movilizaciones se han dirigido a pensar en el individuo que va a la clínica, pero no

en las epistemologías que sustentan la psicología. De esta manera, rescata el sesgo feminista para apostar por las autobiografías trans como modos de producción de agenciamiento. Por lo tanto, tiene la intención de guiar a la clínica hacia otras éticas, capaces de cuestionar el pensamiento nosológico atravesado por la cisgeneridad en la conducción de una terapéutica pajubariana.

Palabras clave: Clínica. Autobiografía. Travestis. Epistemología.

Introdução ao diário da navalha

As discussões sobre despatologização têm ampliado uma compreensão específica de cidadania para travestis e pessoas trans, de disputa e resgate a conceitos como autonomia e normalidade. Tais discussões geralmente se dão através do entendimento de que o enquadre psiquiátrico é capaz de produzir determinados contextos de vulnerabilidade, pois patologizar é um “fazer” que não se encerra na clínica. Pelo contrário, entende-se que a “patologia do gênero” diz respeito a um cenário bastante amplo, no qual estão situados os sujeitos do processo terapêutico, os operadores de saúde e os aparatos institucionais.

Assim, é pouco prudente desenvolver um debate sobre despatologização que se reduza às paredes de um consultório, tampouco às diretrizes inscritas nos códigos psiquiátricos e psicológicos, uma vez que ela se refere a um quadro histórico e social que, aqui, iremos chamar de estrutura. Por essa linha, o presente artigo pretende realizar algumas reflexões de ruptura, sendo a primeira delas entre quem é atendida e aquela que atende. Esse esforço já foi empreendido por diversas teóricas feministas, como é o caso da Patricia Hill Collins (2016), ao afirmar a potência epistemológica da *outsider within* – ou estrangeira de dentro, em uma tradução para o português. Essa potência se relaciona à capacidade de produção do conhecimento estando “dentro” e “fora”. É sobre falar a partir de um lugar marginal que pode ser interessante na viabilização de dis-

tintas perspectivas sobre os paradigmas sociológicos (COLLINS, 2016).

Falo, portanto, de um lugar. Mas não para afirmar uma prematura ideia de “local de fala” (RIBEIRO, 2017), que me parece restrita a uma anunciação que pouco se articula à pesquisa. Pretendo, em contrapartida, recorrer aos “saberes localizados” oriundos de Donna Haraway (1995) para entender que os lugares de enunciação são relacionais, não meramente afirmativos. Ou seja, não basta dizer “sou trans” para que isso justifique um interesse no campo dos estudos de gênero, pois essa sentença não funciona isoladamente, sendo capaz de enfraquecer a potência de uma escrita vivida (EVARISTO, 2006).

De todo modo, a seguinte discussão está fundamentada em uma concepção de sujeito butleriano (2015b), onde se considera incapaz o ato de relatar sobre o “eu” em sua totalidade, tendo em vista que não se detém a posse sobre as narrativas de si. Ao afirmar essa necessidade de desapossar o “eu” da produção autoral, especificamente, distancio-me da autoridade que o “local de fala” (RIBEIRO, 2017) dá indícios de apresentar. O que pretendo fazer, entretanto, é usar as experiências do “eu” para manter a tensão entre verdade e performatividade, pois ao passo que relato algo não estou simplesmente descrevendo um passado, mas fazendo algo com ele (BUTLER, 2015b).

A experiência passa a não ser tomada de antemão. E esse é um tema de grande interes-

se aos feminismos que debatem o público e o privado, o pessoal e o político. Com tal questão em mente, Scott (1999) traz algumas camadas de complexidade à experiência, principalmente ao considerá-la frágil quando desarticulada de uma perspectiva histórica. Assim, os indivíduos não são mais encarados como aqueles que detêm a experiência, mas, sim, tornam-se os que se constituem a partir das mesmas (SCOTT, 1999). É um movimento inverso que significa afirmar uma trajetória como possível recurso reflexivo, útil para expor como funcionam os mecanismos opressores, mas que, para alcançar a lógica de uma estrutura, essa mesma trajetória necessita ser historicizada.

Como está seu coração?

Bom, falei bastante e esqueci de me situar. Uma informação que pode tanto ser útil quanto contraproducente, a partir do momento que é usada de maneira apressada. Por isso, penso que uma investigação que se dá por meio de um percurso autobiográfico necessita estar atenta à produção de subjetividade que se instaura durante o processo (FASSIN, 2003). Para que, assim, não sejam redobradas as vitimizações de uma vida marcada pelas investidas da desigualdade. De todo modo, apresento-me: sou trans e psicóloga, às vezes também me identifico como travesti. São trânsitos e fluxos que não estou minimamente interessada em resolver. Estou de acordo com uma recente empreitada harawayana (2016), quando a autora afirma a energia da encrenca como uma potencial saída criativa para uma pesquisa.

Penso, assim, em compartilhar algumas cenas que dinamizaram minhas identidades profissionais e de gênero, fazendo com que fossem produzidas reflexões contextualizadas nessa escrita pró-despatologização. A primeira delas nos remete há alguns anos, quando tive contato com o primeiro psicólogo que iria

me atender. Minha mãe era uma mulher religiosa, como permanece até os dias atuais, e acreditava que havia algo de errado comigo. Ainda criança, costumava me levar a centros esotéricos em busca de alguma resposta para um comportamento que ela classificaria como incompreensível – na época, não existiam os debates atuais sobre gênero e sexualidade na esfera pública, conforme problematizam Maracci, Favero e Machado (2019).

Recordo-me de ficar acompanhada das crianças, não havia muita interferência dos adultos. Esses ficavam em outro cômodo. E lá estávamos nós, socializando em algo muito parecido com um pátio. O recurso religioso não adiantou, ou então minha mãe entendeu que não havia nada muito grave, pois desistiu de me levar após algum tempo. Das suas filhas, eu era a única que a acompanhava – na época, ainda menino. Com o passar dos anos, minhas sucessivas desobediências frente às normas de gênero fizeram-na convocar, dessa vez, o discurso científico. Avisou-me, portanto, que eu seria levada a um psicólogo para que pudéssemos entender o que estava acontecendo comigo. E assim fomos ao meu primeiro contato com a saúde mental.

Esse psicólogo atendia em uma clínica no centro da cidade. Morávamos no nordeste, mais precisamente na capital de Sergipe. Fomos, de tarde, ao seu consultório. Ele primeiro recebeu minha mãe, que saiu da recepção e entrou em sua sala. Momentos depois, ela retornou e foi sentar no lugar que estava vago ao meu lado. Não falamos nada. Nenhuma informação. O psicólogo logo me recebeu. Levantei e entrei em sua sala, que não tinha muitos detalhes para além de sua mesa e as duas cadeiras. Ele sentou atrás da mesa. Fiquei em meu lugar de paciente. E demos início a dois meses de terapia com uma pergunta que veio logo em seguida: esse cabelo é seu mesmo? “Sim” – lhe respondi. Meu cabelo estava com alguma cor

considerada inusitada, pois não era nem loiro nem escuro, mas colorido.

O incômodo que senti com essa pergunta não foi muito porque eu não a esperasse. De fato, muitas pessoas me perguntavam o mesmo, se meu cabelo era verdadeiro ou se eu usava alguma peruca, enfim. O ponto é que a terapia passava a se mostrar como um lugar similar a muitos outros em que eu estava inserida. Nesse sentido, não existia ali muita diferença entre esse espaço autodenominado terapêutico do espaço escolar, familiar, etc. Espaços que, convém destacar, eram atravessados pela violência. Ainda assim, continuamos. Mas, além disso, uma pergunta era repetida semanalmente, uma que dizia respeito a meu lugar no mercado afetivo. Então, eu era questionada se estava interessada em algum rapaz da minha turma. Como você está em relação aos rapazes? Você está apaixonada por alguém da escola? E sua sexualidade?

Como minhas respostas eram todas negativas, ele refazia a pergunta de formas diferentes, mas que geralmente tinham a genérica intenção de saber como estava minha vida afetiva e sexual. Assim, me marcou a seguinte indagação: como está seu coração? Eu acreditava, com fundamentos bastante sólidos, que as questões que conversávamos eram contadas à minha mãe, por isso evitava dizer muito sobre mim. Embora, devo confessar, não existia um grande interesse em garotos naquela etapa da vida, mas o eixo da discussão não é bem o fluxo interativo de uma garota de 14 anos. Noto, todavia, que talvez não estivesse em jogo apenas uma curiosidade materna, em cumplicidade com o psicólogo, mas uma ideia de que a transexualidade é intrinsecamente heterossexual.

Ao passo que minha puberdade se desenvolvia, junto aos primeiros passos de uma desprogramada transição, era desenhada uma crença de que o “desejo de ser mulher” deriva-

va de algum interesse em função dos meninos da minha idade, até mesmo para me tornar objeto de desejo deles. Mas isso eu fui entender anos mais tarde. Essa pretensa coerência entre sexo, gênero e sexualidade – segundo a qual Butler (2015a) denominou de matriz de inteligibilidade – aparecia na clínica para formatar os primeiros sinais de um pensamento cisgênero.

A cisgeneridade é um conceito transfeminista amplamente discutido por Viviane Vergueiro (2016), que em sua dissertação de mestrado a situou enquanto uma estrutura epistemológica. Próxima a conceitos como branquitude, heteronormatividade, capacitismo, gordofobia, dentre outros, a cisgeneridade é interessante para uma reflexão sobre a hegemonia, sem que para isso se situem as margens como um “problema” a ser analisado. Assim, falar em cisnormatividade, por exemplo, significa partir de um lugar diferente de análise, não mais para pensar os efeitos da transfobia, que em uma perspectiva vergueiriana (2016) diz respeito a uma mobilização possivelmente individualista. Significa, em contrapartida, afirmar o “centro” como objeto de investigação e crítica.

É através dessa postura que retorno à cena com o referido profissional de psicologia. Após as insistentes perguntas acerca da minha condição afetiva na época, passamos a discutir temas como corpo, cirurgias, transição. E ao falarmos sobre a possibilidade de uma futura transgenitalização, relatei que gostaria de realizá-la em razão da vontade de ir à praia e de poder usar uma roupa de banho sem me preocupar com esconder partes do meu corpo. Transgenitalização também pode ser conhecida como cirurgia de redesignação sexual ou “mudança de sexo” por alguns setores sociais. De qualquer forma, a justificativa de que Aracaju era uma cidade litorânea e que suas praias mobilizariam alguma inclinação por esse ou

aquele percurso cirúrgico deixava o psicólogo intrigado. Parafraseando Spivak (2010): pode a cidade falar?

Eu notava que, para ele, não fazia muito sentido uma cirurgia genital que não tivesse como premissa o ato sexual. Não me entenda errado. Não é que a vida sexual estivesse fora da equação, mas que a praia simbolizava esse espaço de liberdade para ser fiel a mim mesma. Os anos que passei sentada na areia, enquanto os amigos e amigas iam se banhar nas águas da Orla de Atalaia, deixaram-me marcada de alguma forma. Gostaria de caminhar até as ondas, sem camisa, sem bermuda, sem sandálias. Gostaria de sentir a sensação de estar apenas com a roupa de banho. Uma que eu escolhesse, não uma que eu fosse obrigada a utilizar. Bastava que por um instante fosse permitido correr pelos ventos daquele litoral sem estar atenta a algo que pudesse me expor à violência de alguém. O psicólogo, contudo, parecia não levar em consideração a proporção da própria cidade, uma vez que voltava a me questionar sobre os rapazes, como se a praia fosse algum mecanismo de defesa.

Ah! Onde está escrito “ato sexual”, leia-se ato heterossexual, pois não existia a menor abertura para dizer que uma transgenitalização seria compartilhada com alguma mulher cisgênera, pois travestis e transexuais aparentemente devem ser *a priori* heterossexuais. Dessa forma, querer ter uma vagina é algo que parece ter lógica somente a partir de uma relação com um homem cisgênero, reprisando o lugar da psicologia na produção de normatividades. Mas não normatividades vitais, conforme Canguilhem (2012). Normatividade surge aqui como uma ação de que tem sido cúmplice do resgate a uma suposta ordem. Apesar de nenhuma dessas reflexões terem sido feitas por mim há mais de dez anos, o que percebo é como a cidade, o espaço urbano, uma ideia de natureza e comunidade faziam mais senti-

do para uma jovem trans do que a ambição por interpretar um papel “feminino” de passividade – há muito criticado pelo feminismo. Ainda assim, algo estava impedindo que, quem me atendia, pudesse enxergar isso.

O que é ser mulher?

Minha segunda experiência se deu por volta dos meus 18/19 anos de idade. Dessa vez, não fui a mando da minha mãe. Queria alterar meu registro civil e entendia que para dar entrada em um processo jurídico seria necessário contar com um documento psicológico. Com isso em mente, fui à Unidade Básica de Saúde (UBS) que existia em meu bairro, em busca de acessar o Processo Transexualizador (SUS - Portaria nº 2.803). Fui recebida por uma assistente social e vislumbrei a oportunidade de, junto a um futuro laudo de saúde mental, ter também algum parecer social afirmando a minha identidade de gênero como legítima. Fiz essa solicitação a ela que, em conjunto, encaminhou-me a uma psicóloga de outra UBS. Mas ainda irei chegar nessa parte.

Tal assistente social me comunicou que faria esse relatório atestando que eu era conhecida com meu nome social no bairro em questão. Todavia, o que ela não me informou era que compareceria de surpresa na casa da minha família. E foi o que fez. Em um dia de semana, ouço minha mãe me chamar para receber a “moça do posto” que estava na porta. Fui recebê-la, sem entender o que estava acontecendo e tentando lembrar se havíamos combinado alguma data para aquela visita domiciliar. Entrando em casa, todavia, notei que ela não tido ido conversar comigo, mas com meus pais. Perguntou se aquela era minha mãe, que respondeu positivamente. E se sentou no sofá perguntando pelo genitor, no que foi informada por nós duas que ele estava em uma viagem de trabalho.

Fez alguns questionamentos a minha mãe sobre mim. Queria saber quando comecei a expressar sinais de ser diferente dos outros meninos. Desde quando eu havia passado a demandar ser chamada por outro nome. Como costumava ser minha relação com a família, com ela, com o pai, as irmãs. Muitas mentiras precisaram ser ditas, até porque a relação paterna naquele momento era inexistente, mas estar viajando

foi o alibi que encontramos para contornar o paradoxo da situação: existia alguém em uma posição institucional consultando a família de uma travesti para deferir ou indeferir um documento que viabilizaria a mudança de seu nome. Família essa que nunca esteve alheia ao que é produzido em termos sociais de rejeição a uma criança identificada enquanto LGBT. Ainda assim, tal documento foi elaborado.

Imagem 01 – Laudo Social com um risco no meu antigo registro civil, p 22 (2013)



Fonte: 201330700993 (Acervo pessoal - Processo em Segredo de Justiça)

E paralelo a sua elaboração, recebi o encaminhamento para ir à psicóloga que atendia em outra unidade. Era uma segunda-feira de manhã – do dia eu me recordo de uma maneira mais clara porque permanecemos com as “segundas” até o fim da terapia. Fui atendida após alguns pacientes e tivemos algo que hoje chamaria de um bom encontro. Também semanalmente, existia uma pergunta que voltava a se repetir. O que é ser mulher? Ela me questionava com certa frequência sobre isso. Às vezes, eu a respondia. Outras vezes chorava. De vez em quando ficava irritada. Em momentos assim, pedia que respondesse por mim. Pensava – “por que eu deveria dar uma resposta?”. Hoje, anos após termos terminado a terapia, talvez eu finalmente lhe confessasse o seguin-

te: não sei o que é ser mulher, ser Sofia já me dá bastante trabalho.

Também anexe um parecer psicológico ao meu processo jurídico. É aquilo que Bento (2006) apontou ao denunciar como a patologização não se restringe à área da Saúde, pelo contrário, vai parar no Direito. Dessa forma, é preciso notar como esses diálogos entre o campo biomédico e jurídico coproduzem um gênero, uma diferença e uma norma. Processo que constrói uma rede burocrática em termos de assistência e cidadania a pessoas trans e travestis brasileiras. Assim, com um parecer atestando a minha transexualidade, após um ano juntas, tive mais amparo “científico” para que o judiciário pudesse deferir o meu pedido.

Imagem 02 – Documento psicológico com omissão do nome da profissional, p. 19 (2013)

Fonte: 201330700993 (Acervo pessoal - Processo em Segredo de Justiça)

Em 2013, as movimentações do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não haviam decretado o fim da necessidade dos processos jurídicos para alteração de nome e sexo a pessoas trans e travestis. Decisão tomada somente em 2018. Atualmente, não é mais necessário o aval de profissionais ou a decisão de um juiz para a modificação dos próprios dados. Essa era a aposta do Projeto de Lei nº 5002/13 - João W. Nery, proposto pelo então deputado Jean Wyllys (PSOL). Batizado com esse nome devido à importância que João Nery teve para o movimento trans brasileiro, conhecido pelo seu pioneirismo no que diz respeito às transmasculinidades. Mesmo sem ter sido através do legislativo, hoje em dia basta ir ao cartório para dar entrada nesse pedido.

Que linda!

Daremos um pulo no tempo. Apesar de eu ter iniciado o curso em 2013, estudei um ano inteiro sendo chamada pelo meu prenome de registro antigo por alguns professores, embora a maioria concordasse em me chamar pelo nome social. No final de 2014, com o resultado positivo da minha petição jurídica, reiniciei minha trajetória acadêmica – agora podendo

exigir que respeitassem o modo que eu me identificava. Sim, o delírio de que psicólogos e psicólogas são pessoas “melhores” não sobreviveu ao primeiro semestre. Não são. Finalizei a graduação em 2018 e fui aprovada em um programa de pós-graduação na cidade de Porto Alegre, no mesmo ano. Recém-chegada no sul do país, busquei um serviço que oferecia atendimentos psicológicos.

Meu primeiro contato com essa terceira profissional foi seguidamente narrado a amigos pessoais, também psicólogos, que estavam me acompanhando. Sem saber que eu era sua colega de profissão, me recebeu no consultório de maneira alegre e entusiasmada. Parecia ser uma pessoa agradável. E convém destacar que essas cenas não servem para expor “práticas ruins” em saúde mental. A aposta é que elas possam ser úteis para a construção de uma psicologia fronteiriça (ANZALDÚA, 2005), atenta à reiteração de uma disciplina enrijecida e em contato com os centros. Nesse sentido, a mestiçagem defendida por Anzaldúa (2005) pode ser um instrumento de subversão a uma prática que não se reinventa, apenas se atualiza conforme uma noção inicial de tradicionalidade. Dito de um modo simples, de uma psicologia que busca aplicar seu conhe-

cimento universal em sujeitos que habitam as margens, causando mais precarizações e distanciamentos.

Voltando ao atendimento... Fui recebida com um sorriso. Era uma profissional simpática. Não muito mais velha do que eu. Pensei que seria fácil estabelecer uma conexão com a mesma, e de fato não enfrentei grandes dificuldades. Nossa conversa fluiu com tranquilidade. Mas, desde o início da sessão, tal psicóloga me dizia que eu era linda. Exatamente isso. Você é linda! Que linda! – me falava, animada. E eu ficava com uma imensa interrogação entre as sobrancelhas. Tentava mudar de assunto, falar sobre o que havia me levado até ali. Todavia, não. Ela voltava a dizer algo sobre beleza. Quando você começou a tomar os hormônios? – me perguntou. Acho que por volta dos 15 aos 16 anos de idade – lhe respondi. Mas também! Olha como funcionou! Você é linda! – me dizia em retorno. Em determinado momento, eu estava achando aquela situação particularmente engraçada.

Não é que ela estivesse me deixando desconfortável. Acredito que isso seria percebido, pois apesar dos pesares eu estava bastante à vontade. O ponto é que não me soava comum elogiar a aparência de um paciente. E se na semana seguinte ela não dissesse isso? Significaria que eu estava feia? Terminamos aquela sessão rindo. Fui encontrar um amigo e psicólogo que estava na recepção me aguardando. Na ida para casa, relatei a situação. Nunca me passou pela cabeça dizer que um paciente é bonito – eu pensava. Não é como se ela tivesse me ofendido, mas ainda assim permanecia

um gosto amargo na boca. Questionei algumas pessoas da minha turma sobre isso, se elas haviam tido a aparência avaliada tão diretamente pela própria terapeuta, no que me informaram unanimemente que não.

Passei a notar, assim, como existem coisas que se dirigem a uns e não a outros. Como aponta Luiza Bairros (1995), há um ponto de vista feminista que é defendido por feministas negras, uma vez que se fundamenta na compreensão de que existem diferentes femininos. E se existiam coisas que, na clínica, eram dirigidas a um campo específico de feminilidade, então seria necessário tomar o lugar da escrita como direito (EVARISTO, 2006). Afinal, quais eram as teorias que autorizavam um elogio tão diretivo de ser feito por parte de um profissional da psicologia? Sobretudo, o que fazia com que se sentisse confortável de dizer a mim o que tinha achado da minha aparência?

Talvez tenha partido de uma compreensão de aliança terapêutica entre “mulheres” que permitisse esse tipo de relação. Talvez estivesse querendo me dizer, através do referido elogio, que eu era bem-vinda naquele espaço. Talvez, de maneira mais problemática, “linda” tenha significado que ela entendia a minha transição como bem-sucedida, embora a ideia de “sucesso” no trânsito de gênero tenha sido apontada por Favero e Machado (2019) como problemática, por estar balizada em um discernimento normativo. Curiosamente, nossa consulta fez com que eu relembresse algumas falas que se apresentaram na época das audiências para alteração de nome e sexo, em um fórum de Aracaju-SE:

Imagem 03 – Manifestação do Ministério Público (MP), p. 126 (2013)

À minha frente, prestando seu depoimento seguro e convicto, vi uma linda e jovem moça, de longos cabelos negros, alta e esbelta, com jeito delicado de falar e expressar toda a agonia, conflitos, constrangimentos e sofrimentos pelos quais tem vivido ao longo de sua jovem existência e que merece e precisa viver com dignidade daqui pra frente.

Fonte: 201330700993 (Acervo pessoal - Processo em Segredo de Justiça)

Aqui eram contornadas algumas pistas sobre o lugar da beleza frente a travestis e mulheres trans, como um atributo capaz de garantir certa empatia, mas também de viabilizar o acesso a direitos sociais básicos, tal como seria o prenome. Dessa forma, a clínica estava sendo um espaço análogo, em termos avaliativos, ao de uma audiência, pois tanto os representantes do MP responsáveis por instruir um processo jurídico quanto a psicóloga que me atendia tinham como destino uma estética cisgênera. E dizer isso representa afirmar os limites que se impõem à população trans a partir do momento que os elementos que constituem uma política não são feitos para lidar com suas realidades, mas com signos e códigos normativos.

Como um modo de ferir o silêncio imposto (EVARISTO, 2006), pretendo compreender a sobreposição da aparência acima das travestis e mulheres trans como um imperativo da cisgeneridade. Ao mesmo tempo, não se trata meramente de pensar que existem diferentes formas de exercer uma travestilidade. Trata-se, antes, de desconectar as intervenções do sujeito, deslocando-as para o contexto histórico e social. Ora, não é raro identificar práticas clínicas que se baseiam em uma compreensão múltipla acerca das maneiras de estar trans no mundo, mas essas direcionam seus esforços a um alvo individual, não a uma estrutura que regula o próprio aparato clínico. Nesse sentido, não basta agir acima do “objeto”, sendo necessário criar algo para lidar com uma linha

de pensamento. Em outras palavras: é preciso superar a despatologização do gênero e caminhar em direção a uma despatologização epistemológica.

Antes que essa afirmação soe como um impulso simplesmente abstrato, pensar uma estratégia despatologizante que tem como foco um eixo epistemológico é similar ao que foi proposto por Prado (2018), quando o autor propõe que “pensar a despatologização das transexualidades/travestilidades é fundamental, mas praticá-la é sem dúvida essencial” (p. 18). Colocar um projeto contrário à patologização em ação não significa, necessariamente, embora envolva isso em alguma medida, repensar um certo tipo de técnica psicológica. Significa, de antemão, considerar que a escuta, enquanto ferramenta clínica, é ontologicamente cisgênera – e que, devido a esse entrave, ela precisa ser situada dentro de um sistema linguístico equivocado para o atendimento a pessoas trans.

A despeito da escuta ser uma atribuição da saúde mental, o argumento aqui desenvolvido busca compreendê-la como articulada a outras esferas sociais, pois elas se relacionam com as ciências preocupadas com o psiquismo, que nunca está alheio ao que é produzido em termos de cultura. Assim, psicologia, psiquiatria, medicina, mas também direito, são disciplinas que se desenvolveram em paralelo à cisgeneridade. Por exemplo, na sentença que deferiu minha alteração de registro civil, o juiz responsável pela audiência afirma:

Imagem 04 – Sentença, p. 135 (2013)

Determino, outrossim, que de da certidão do registro público competente conste apenas a observação “registro alterado por decisão judicial”, sem qualquer menção aos motivos que levaram à presente determinação, tampouco que ocorreu por motivo de redesignação sexual de transexual, não devendo constar sequer quais as alterações foram promovidas, que somente poderão ser reveladas por decisão judicial ou em habilitação para o casamento.

Fonte: 201330700993 (Acervo pessoal - Processo em Segredo de Justiça)

Ao passo que meus documentos deixavam de ser do sexo “masculino” e passavam a ser do sexo “feminino”, era declarado que essa informação seria fornecida a quem constituísse, no futuro, algum matrimônio comigo. A ideia de que uma ruptura entre quem o sujeito foi ao nascimento e quem ele se tornou no percurso de seu desenvolvimento é própria de um esquema de pensamento produzido pela cisgeneridade. Conforme aponta Severi (2000), cosmologia é um termo tradicionalmente utilizado para situar as representações indígenas acerca da colonização e da natureza. Por esse ângulo, pensar uma “cosmologia cisgênera” diz respeito a estranhar quais lógicas fazem sentido para tal esquema. Ou seja, por que soaria adequado, na eminência de um casamento, que alguém recebesse uma notificação acerca da “verdadeira” identidade da parceira?

Como um modo de mergulhar nessa epistemologia, Leila Dumaresq (2014) nos diz que é preciso nomeá-la. Então, não é com facilidade que se compra a noção de que alguns sujeitos são lesados por outros que, de modo subentendido, parecem estar falseando as próprias trajetórias. Afinal, de qual sistema discursivo falamos quando pensamos que alguém é enganado por uma identidade menos “verdadeira”? Não comprá-lo de antemão, isso é, estranhar um posicionamento que aparece como óbvio, classificando-o como cisnormativo, significa apontar para a nascente de um rio bastante calmo para uns, mas violento para outros. É navegar a clínica por outras águas. Como traz Prado (2018), a patologização é esse desejo de encontrar um terreno para fixar o gênero. Por que não apostar nas hidrografias?

Ademais, não é que a cisgeneridade seja puramente um tipo de ciência, ela tem sido a ciência em si. Que não tem nada de pura, é “toda feita” tal como as travestis apresentadas por Benedetti (2005). E dizer que ela é uma representação científica não significa reconhecê-

-la como tal, mas aprisioná-la em sua própria contingência. É dizer que não há nada de neutro em uma abordagem que foi pensada, feita e articulada para funcionar com determinado indivíduo. Sendo assim, tampouco está em jogo a necessidade de que sejam produzidas técnicas diferentes, todavia, sim, linguagens diferentes. Em outros termos, a clínica não precisa ser meramente atualizada, apesar de que colocá-la em movimento seja parte fundamental desse processo, o que se torna imperativo a uma (des)epistemologização é recorrer a uma reconciliação.

Riscando o pajubá na tela em branco

Reconciliar, em outros termos, tem por objetivo refletir como autobiografias trans podem ser produtoras de agenciamento. Conforme aponta Grosfoguel (2016), ao pensar estruturas do conhecimento, existiram ao menos quatro principais epistemicídios ao longo da história: o que se direcionou aos muçulmanos e judeus, aos povos nativos das Américas, aos povos africanos e às mulheres. Segundo o autor, essas violências epistemológicas sustentaram o privilégio produtivo de conhecimento para o homem ocidental, fazendo com que fosse fortalecida uma arquitetura cognitiva colonial. Assim, tece uma crítica à premissa cartesiana “penso, logo existo” no intento de refletir que o sujeito da oração – isso é, o “eu” – nunca disse respeito a uma mulher, a um judeu, etc.

É possível pensar que, para além dos epistemicídios listados, a população trans e travesti também enfrenta um campo estrangeiro de narrativas sobre si? Não pensando aqui o estrangeirismo dentro da perspectiva de Collins (2016), útil para refletir acerca das biografias pessoais como veículo de produção de conhecimento. Pensa-se, em contrapartida, um campo estrangeiro como um terreno co-

lonial, no qual a psicologia tem dado indícios de buscar repouso (GROSFOGUEL, 2016). Não seria surpresa caso o presente texto fosse visto com maus olhos, pois utilizar a própria história como modo de questionar a quem serve uma clínica guiada pela cisgeneridade pode ser uma atividade considerada pouco “objetiva” (HARAWAY, 1995) ou pouco “psicológica”. Contrariando esse projeto de ciência, poderíamos abrir mão da objetividade para colocar o aprendizado através dos corpos como uma ética em saúde mental?

Sueli Carneiro (2003) parte da concepção de que mulheres negras detêm uma visão histórica diferenciada. Não é o objetivo, contudo, colocar em simetria as experiências raciais e de gênero como se estivessem no mesmo patamar, mas pensar como ferramentas dos feminismos negros são úteis para refletir a falta de inocência que há no conhecimento. Retomando uma tradição harawayana (1995), não há imparcialidade na ciência, aplica-se sempre uma análise localizada. E se todo conhecimento parte de algum lugar, por que seria diferente com as terapêuticas? Objetivando adicionar mais uma cena ao texto, recordo-me do período da graduação, onde se aprende justamente o contrário: ao psicólogo cabe a neutralidade.

Dão a isso o nome de reserva, abstinência, análise transferencial, intencionalidade, campo relacional, enfim, é algo que cada abordagem aprendeu a chamar de uma forma. Evidentemente que “neutralidade” aqui não tem sentindo similar a um total e completo distanciamento. Essa se trataria de uma caricatura. Ser neutro, na clínica, costuma dizer respeito a um projeto. Entender o que é seu e o que é do outro. Ainda assim, lembro-me de maneira bastante concreta sobre ter sido ensinada que estudantes de psicologia devem ser telas em branco. Seríamos um azulejo, vazio, em branco, sobre o qual fosse possível projetar sintomas, representações e histórias.

Não que tenha tomado isso como verdade, mas a possibilidade de ser uma lacuna é para poucos (DUMARESQ, 2016). Logo entendi, com a chegada da clínica-escola, que meus pacientes entendiam que eu era trans/travesti. Que seus pais poderiam tirá-los do tratamento quando notassem isso. Que ninguém esperava que as mulheres do curso fingissem que não eram mulheres. Que ninguém esperava igualmente que os homens do curso fingissem que não eram homens. Mas que minha tela era, desde antes, rabiscada em demasia para uma clínica capaz de ser controlada. Ora, não estava sob meu domínio conseguir um novo rosto, uma nova voz, uma nova postura. Eu era “eu”. Ainda assim, a mim era cobrado um esconderijo.

Sobre a transexualidade não se projeta? Ser atendido/a por uma psicóloga trans/travesti é um obstáculo para a transferência? A transexualidade é, a priori, uma lente que informa ao paciente os detalhes privados da vida da profissional? Se sim, por que a cisgeneridade não costuma ser alvo dos mesmos entraves? O que tinha nos sujeitos cisgêneros que eram estudantes de psicologia que fazia com que eles se considerassem “não-enviesados” (COLLINS, 2016)? De fato, talvez a pergunta deva ser refeita. Não é necessariamente o que tinha neles, mas o que tinha por trás, quais tecnologias semióticas (HARAWAY, 1995) permitiram que durante quase 60 anos de psicologia no Brasil se formassem profissionais que cabiam em uma esperançosa ciência imparcial?

Não ter tomado como verdade, todavia, não impediu que isso deixasse de afetar um processo formativo. Afinal, havia estudado uma disciplina que me patologizava. Não é agora que esqueceremos que as transexualidades e travestilidades permanecem impressas na Classificação Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Respectivamente pro-

duzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA). Se me perguntarem se já assisti a alguma aula que discutisse a transexualidade como se fosse uma psicose? Responderei que sim. Se as matérias de psicopatologia exibiam filmes nos quais personagens trans eram analisados à luz da nosologia psiquiátrica? Responderei que sim. Se isso repercutia em uma desconfiança acerca da minha capacidade de ser uma boa profissional no futuro? Igualmente.

Pois ser uma “boa” psicóloga é uma atribuição da cisgeneridade. Não dá pra ser trans e dizer que não tem uma história. Não dá pra ser trans e ignorar as violências e brutalizações diárias de uma nação que é líder mundial no ranking de assassinatos transfóbicos. Não é possível receber a filha ou o filho de um paciente que considera a transexualidade como um defeito, uma abjeção. Não é permitido ir à escola acompanhar o cotidiano de alguma criança, pois é preciso antes entender se sua presença naquele ambiente irá gerar constrangimento para o paciente/cliente. Afinal, podem rir da criança que é atendida por uma pessoa trans, e você precisa estar atenta a isso. Significa entender que uma eventual mudança no quadro de gênero ou sexualidade do/a atendido/a pode ser encarada como uma contra-transferência, ainda que todos os psicólogos e psicólogas tenham gênero e sexualidade da mesma maneira.

Embora esse longo parágrafo pareça dedicar-se a pensar o que falta, ele tem como proposta central a recusa à figura da “boa” psicóloga, tendo em vista que essa psicologia indulgente e bem-intencionada pode ser exercida por quem caminha confortavelmente por um percurso cisgênero. Não para pensar uma cisgeneridade (des)racializada ou (des)sexualizada, pois, de fato, em uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 1989), nunca se

é apenas uma coisa. As intersecções são como cruzamentos, onde os diferentes marcadores que compõem o sujeito interagem entre si. Entretanto, ainda que não se busque afirmar uma apressada ideia de somatório de pertencimentos (NOGUEIRA, 2017), reconhece-se uma articulação que se atualiza a depender de cada contexto. Assim, fala-se de cisgeneridade como uma fantasia. Uma grande tela imaculada com cavidades para passar os braços e as pernas. Que crê em si mesma, embora se vista todos os dias, se faça todos os dias, seja tão fabricada quanto aqueles a quem acusa de fabricação (LATOURE, 2002).

É admissível propor uma tela que seja rabiscada? Que não seja branca? Que tenha outras cores? Cores que fariam até mesmo um psicólogo questionar se são realmente suas, assim como muitos outrora fizeram? O que poderíamos escrever nessa tela? Quais palavras permitiriam que estivessem à mostra? A clínica pode comportar telas que não sejam quadradas? Telas triangulares? Telas sem moldura? Um dialeto conhecido por sua ampla circulação entre travestis é o pajubá, que no olhar de Lima (2017) diz respeito não só a um aglomerado de palavras, mas a um modo de subjetivação. Pajubar é mais do que falar, é um fazer. Poderíamos reinterpretar os paradigmas da profissão através de uma leitura pajubariana?

Muito além de pensar como faríamos uma nova psicologia, como se o presente artigo fosse pretencioso a esse ponto, o que aqui se discute é a possibilidade de apostar em uma nova ética. Uma ética das esquinas. Uma ética da diferença. Uma ética fronteiriça. Conforme pensou Gloria Anzaldúa (2005) ao propor uma consciência mestiça, referente às ambiguidades de seu lugar de chicana em um território norte-americano, o que vivenciei também se tratou de uma ocupação. Ser travesti em uma psicologia norteada pela cisgeneridade é ocupar uma fronteira. Habitar o limite. Não me

cabe pensar uma nova psicologia porque não quero atualizar o equívoco.

O que proponho é que haja espaço para as “más” psicólogas. Nada obstante, um “más” que, nesse lugar, remete à necessária maldade de adoecer a cisgeneridade enquanto uma estrutura que nos classifica como incapazes. Então, que sejamos cruéis em nossas críticas localizadas. Ser “má” não diz respeito a falhar em um trabalho terapêutico, mas fala sobre utilizar o gume feminista (HARAWAY, 1995) no enfrentamento de paradigmas engessados, na disputa pela racionalidade. Se realmente devemos ser boas para uma ciência que nos impõe um roteiro de sofrimento, como se não tivéssemos uma vida que vale a pena ser vivida, em nossos próprios termos, estamos falando, portanto, de exigir benevolência com quem pratica o epistemicídio das travestis brasileiras.

Que se abram, portanto, caminhos para as traveçagens semióticas, para as tecnologias transgêneras, para as corporificações (des)viadas. Que a psicologia não precise se reinventar. Não está em jogo uma nova cara para uma disciplina antiga, mas arriscar outros empreendimentos éticos, pois como despatologizar sem levar em conta um pensamento que é constitutivo? O roteiro psicológico, forjado em cima do cissexismo (VERGUEIRO, 2016), detém uma leitura de sujeito que presume determinada coerência entre o nascimento e sua vida posterior. Romper essa matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2015a) conferiu às pessoas trans um lugar curioso na clínica, estejam atendendo ou sendo atendidas. Lugar em que cada passo dado em direção a uma estética cisgênera é celebrado – que linda! Não é mesmo? Boas pacientes e psicólogas são aquelas que deixam para trás suas próprias marcas, ainda que nunca, as pessoas balizadas pela cisgeneridade hegemônica, tenham tido de esconder suas próprias masculinidades e feminilidades. Esse

lugar fronteiro, como trouxe Anzaldúa (2005), é útil para pensar os paradoxos das margens. E aqui estou, psicóloga e usuária, terapeuta e paciente, trans e travesti, como meu último recurso de memória, lembrando das incontáveis vezes em que ouvi Indianara Siqueira, ativista brasileira pelos direitos humanos, dizer que somos más, mas podemos ser piores.

Da despatologização do gênero à despatologização epistemológica: caminhando para um fim

Despatologizar o gênero é um projeto político mais ou menos consolidado no âmbito de discussões acadêmicas sobre gênero e sexualidade. Desde a campanha *Stop Trans Pathologization* (STP), lançada no ano de 2009, diversos países dos seis continentes aderiram às disputas pelo fim de diagnóstico de gênero. Embora a proposta central do artigo seja pensar um deslocamento da despatologização generificada para uma despatologização epistêmica, o que se propõe não é considerar tais momentos como incompatíveis. Certamente, um projeto diz respeito ao outro, não são opositivos. O que se pensa aqui é uma continuidade entre despatologizar o gênero e sua (des)epistemologização, para que seja possível emergir determinada rede de produção crítica a respeito de uma estilística cisgênera vista com *status* de verdade.

Assim, os eventos aqui narrados, desde a pergunta sobre como estava meu coração até os elogios incessantes da psicóloga, servem para mostrar como não esteve em jogo um reconhecimento dentro da mulheridade. Embora ainda difícil, ser inserida no sujeito político feminino, questão discutida por Butler (2015a), tem lá seus prós e contras. Caso pensemos que essa mera acomodação das travestis e mulheres trans em um roteiro clínico seja o que queremos por despatologizar, então estaremos

colocando a “representatividade” como eixo das estratégias contra um aparato biomédico. Pelo contrário, o que esteve em jogo, ao passo que ser “mulher” aparecia como um elogio, era que a cisgeneridade se constituía como um destino saudável e desejável.

Aplicar, assim, um conhecimento universal (uni+verso) baseado em um gênero hegemônico se trataria de uma empreitada terapêutica? Poderíamos chamar de terapêutica uma ciência que, para uns mais do que outros, é ontologicamente normativa? Como propor um pluri+verso (GROSFOGUEL, 2016), isso é, uma conduta capaz de abarcar a voz dissidente, onde muitos decidem por muitos? Ao invés de recorrer a uma tradição nosológica perpassada pelo cissexismo, como utilizar um pensamento reflexivo pajubariano? Aliás, de quais formas é possível ter uma conduta coerente com uma clínica preocupada em exorcizar diariamente a cisgeneridade de suas bases? Essas questões fazem com que reconheçamos que (des)epistemologizar não é o mesmo que (des)ideologizar, como se estivesse em discussão tal tipo de esvaziamento. Longe de acionar uma psicologia “apolítica”, reflete-se, aqui, a emergência de uma saúde mental reconhecidamente “pajubada” – no lugar de simplesmente “queerizar” a psicologia, demanda-se: abraçar o gênero. Não deitamos em divãs, dormimos em redes. Nossos consultórios são calçadas ou janelas de madeira. A categoria “mulher-macho, sim, sinhô” é incompatível com uma leitura de “sujeito feminino” das ruas parisienses.

Talvez, por esse ângulo, para dar algumas pistas, seja preciso repensar o modo que fazemos nossas questões. Não se trata mais, em primeiro lugar, de querer saber qual é o conhecimento clínico que a psicologia detém sobre as travestis, uma virada semiótica propõe que devemos nos ater ao saber que as travestis têm produzido sobre a clínica. Em termos práticos, poderíamos pensar que ao redigir um

documento psicológico, podemos contar a história de vida do sujeito sem que, para isso, seja necessário recorrer a um código diagnóstico. Ademais, por exemplo, ao receber a solicitação de um médico afirmando que só realizará determinado depoimento após uma avaliação psicológica, aliar-se ao paciente para pensar essa cena como uma negligência médica, e não um processo natural das coisas – afinal, não há nada de natural em médicos esperando a autorização de psicólogos para que possam atuar. Sobre isso, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) do Rio Grande do Sul apresentou uma nota técnica em 2016 afirmando que, no lugar da criação de laudos, os psicólogos devem fazer relatórios contrários à patologização.

Relatórios que são, principalmente, contrapontos à tradição nosológica, ou seja, a um campo de conhecimento. Despatologizar, enfim, parece-me um termo que foi vinculado a uma ideia de gênero, dificultando que possam ser construídas lesões na própria ideia de “saber” que baliza a psicologia. Se assumirmos, portanto, que as terapêuticas têm se dado em articulação com uma epistemologia normativa, então precisaríamos reconhecer que o pensamento cisgênero se encontra em oposição a um projeto terapêutico com travestis e pessoas trans. Dito de um modo simples, (des)epistemologizar é mais do que uma palavra alternativa para discutir a (des)patologização, é um recurso político frente a uma população que tem sido lida, analisada, interpretada, tratada e diagnosticada com ferramentas supostamente clínicas e pretensamente científicas.

Referências

ANZALDUA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 15 set. 2019.

- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** DSM-5. 5.ed. Washington, DC: APA, 2013.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acessado em: 30/03/2020.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita:** o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acessado em: 10 set. 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade; tradução Renato Aguiar. – 8ªed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.
- CANGUILHEM, Georges. **Conhecimento da vida.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores. **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. p. 117-132.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:** a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Anti-racist Politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1, p. 139-167, 1989.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado.,** Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 30 jan. 2020.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, RS. **Nota Técnica do CRP-RS** acerca da produção de documentos psicológicos em situações de alteração/adequação de nome no registro civil e de procedimentos de modificação corporal de pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/others/file/6c19186c57ef302582397d32f69db5f4.pdf>>. Acessado em: 15 set. 2019.
- DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Periódicus,** v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17180>>. Acessado em: 15 set. 2019.
- DUMARESQ, Leila. **O cisgênero existe,** 2014. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acessado em: 15 set. 2019.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- FASSIN, Didier. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia. **Cuadernos de Antropología Social,** p. 48-78, 2003. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4599>>. Acessado: 15 set. 2019.
- FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. **Revista Docência e Cibercultura,** Rio de Janeiro, v. 3, p. 102-126, jan, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40481>>. Acessado em: 10 set. 2019.
- GROSGUJEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado.,** Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 115 set. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acessado em: 10 out. 2019.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham, NC: Duke University Press, 2016.

LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LIMA, Carlos. **Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade**. Salvador: Devires, 2017.

MARACCI, João; FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula. “Cada comprimido é uma reivindicação de posse”: ativismo e identidade no documentário *Meu corpo é político*. **DOC ON-LINE**, v. 25, p. 47-63, 2019. Disponível em: <<http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/doc/article/view/549>>. Acessado em: 10 out. 2019.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. Décima revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1993.

PRADO, Marco. **Ambulare**. Belo Horizonte (MG): PPG-COM UFMG, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Hori-

zonte (MG): Letramento, 2017.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 1-23. Disponível em: <https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf>. Acessado em: 10 out. 2019.

SEVERI, Carlo. Cosmologia, crise e paradoxo: da imagem de homens e mulheres brancos na tradição Xamânica Kuna. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 121-155, Apr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 out. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STP. **Stop Trans Pathologization**. Disponível em: <<http://stp2012.info/old/>>. Acessado em 10 de setembro de 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador. 2016, 243p. Dissertação. Mestrado em Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Recebido em: 20.09.2019

Revisado em: 20.03.2020

Aprovado em: 26.03.2020

Sofia Favero é Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Formada em Psicologia pela Faculdade Pio Décimo (SE). Está vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NUPSEX) e é integrante da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS). E-mail: sofia.favero@hotmail.com